



Anais da Assembléia

Nº 14

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cléiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 08:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 10:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademair Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 02:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovidio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO - 02:** Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado.

(●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 11.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 1994

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (52). Ausente o Senhor Deputado Dalton Machuca (01). Em licença o Senhor Deputado Colombino Grassano (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO N° 010/94

Curitiba, 08 de março de 1994.
 Senhor Presidente.

Servimo-nos do presente para requisitar os bons ofícios de V. Exa., no sentido de abonar as nossas ausências às Sessões Plenárias dos dias 01, 02, 03 e 07 de março do corrente exercício.

Informamos que tais ausências foram fundamentadas em compromissos inadiáveis e

Curitiba, terça, em 08.03.94

de última hora, agendados junto às comunidades dos Municípios que representamos nesta Casa de Leis.

Contando merecer a sua compreensão e atendimento renovamos as nossas manifestações de real apreço.

Sala das Sessões, em 08.03.94

(a) NAMIR PIACENTINI

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a indicação do Deputado Renato Adur, para compor Comissão Especial, que dispõe sobre a indicação do Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, para Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.03.94

(a) RENATO ADUR

Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Conforme solicitação feita por V. Exa. na Sessão Ordinária do dia de hoje, o Partido da Frente Liberal tem a honra de indicar o ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho para ocupar a vaga pertencente a este Partido na Comissão Especial que analisará a Emenda Constitucional encaminhada a este Poder pelo Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 08.03.94

(a) NELSON GARCIA

Líder do PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do Projeto de Lei n° 575/91, de autoria do Deputado Erondy Silvério, da Ordem do Dia de hoje, por 5 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 08.03.94

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 311

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no

curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.03.94

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a desanexação do Projeto de Lei de número 644/93, da Mensagem Governamental de autoria do Poder Executivo de número 008/94, por serem matérias antagônicas.

Sala das Sessões, em 08.03.94

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 319

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento da Sra. Tarcila Maria de Oliveira, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 1994, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Pessoa de grande estima e reconhecimento perante à sociedade ponta-grossense, onde deixará grande saudade.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, sito à Rua Piraquara, n° 325, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 08.03.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 320

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Rosa, ocorrido no dia 27 de fevereiro de 1994, na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Pessoa de grande estima e consideração perante a sociedade pontagrossense, onde deixará grande saudade.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Aviador Frare Batista - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 08.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Zanela, e que do teor desta proposição seja dado conhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 08.03.94.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor João Zanela, um dos pioneiros de Guaraniaçu, deixa de luto aquela sociedade, onde com seu trabalho, dedicação e luta, contribuiu significativamente para o desenvolvimento do município. Por isso merece reconhecimento e o registro da sua passagem por aquela comunidade que lamenta profundamente, assim como nós, o seu falecimento.

REQUERIMENTO N° 315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, o voto de louvor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao Senhor Lourival Pedro Kaled, por sua eleição à Presidência da COMAB.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao homenageado no endereço abaixo:

Alameda Conselheiro Araújo, 192 - Centro (80060-230).

Sala das Sessões, em 08.03.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Lourival Pedro Kaled, nascido aos 13 de janeiro de 1935, na Lapa - PR, atualmente exercendo o cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná, foi eleito em 25 de fevereiro de 1994, em Brasília, por uma assembléia de 19 "Grãos-Mestres", representando 19 estados do Brasil, Presidente da COMAB - Confederação Maçonica do Brasil. Desta forma o Paraná passa a deter um dos cargos mais expressivos da Maçonaria Brasileira.

REQUERIMENTO N° 321

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia de hoje.

Requer que a homenagem seja notificada ao CEME - Conselho Empresarial da Mulher Executiva, que vem realizando um trabalho eficaz na Cidade de Ponta Grossa, em nome da atual Presidente Malvina Maria Babinski Faé, demais membros da Diretoria e aos funcionários.

O CEME está localizado à Rua Comendador Miró, 860 - Caixa Postal 960, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 323

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor ao Presidente empossado da ASSEJE-PAR (Associação dos Serventuários da Justiça do Paraná), bacharel Nilo Ubirajara de Souza Sampaio e demais membros da diretoria.

Outrossim, requer, seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 08.03.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Serventuários da Justiça do Paraná representa todos os cartórios do Estado, Varas Cíveis, Distribuidores, Protestos de Títulos, Tabelionatos de Notas, Registro Civil, Registro de Imóveis, e Títulos e Documentos. A diretoria empossada pretende dar continuidade à gestão anterior. De acordo com Nilo Sampaio, os colégios que compõem a entidade: Registral, Notarial e do Foro Judicial, atuem integrados, sem privilégios e distinções, o que deve ser feito imediatamente, para que em cooperação os Associados continuem modernizando seus cartórios e recebam a devida valorização pelo Poder Judiciário e pela sociedade.

REQUERIMENTO N° 316

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Tavares, Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, solicitando seja celebrado convênio do Projeto Pró-Cidadania, com o Município de Rebouças.

Trata-se da necessidade de prover as pessoas carentes de sua documentação, tais como carteira de identidade, certidão de casamento, etc.

Sala das Sessões, em 08.03.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Homero Morinobu Oguido, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de uma Biblioteca Pública no Município de Farol.

Farol, é um município novo, e não possui um local apropriado destinado às pesquisas e estudo dos alunos da rede escolar e população em geral.

Sala das Sessões, em 08.03.94.

REQUERIMENTO N° 318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Rogério Wallbach Tizzot, Diretor Geral do D.E.R. - Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Taquari, que faz divisa dos Municípios Rio Azul e Irati.

A presente solicitação, justifica-se pelo fato de que a atual ponte se encontra em estado precário, não oferecendo segurança aos veículos que por ali transitam.

Sala das Sessões, em 08.03.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário dos Transportes, Senhor Mário Pereira, solicitando que o mesmo autorize o DER de Ponta Grossa a ajudar a Prefeitura Municipal na recuperação das estradas que ligam os distritos ao município.

As estradas dos distritos estão em péssimas condições de serem trafegadas, e a Prefeitura Municipal não possui recursos e equipamentos suficientes para consertar todas as estradas, por isso é feita esta solicitação para que o DER ceda equipamentos (caminhões, máquinas, etc.), e demais recursos necessários para que as estradas fiquem em perfeitas condições de serem trafegadas.

O conserto deve começar o mais rápido possível, pois os agricultores do município não têm como retirar sua produção agrícola do interior, visto que a dificuldade em chegar até suas propriedades é muito grande, isto acarreta no aumento do custo do produto, e as perdas do agricultor são muitas, gerando assim falta de estímulo à agricultura.

Sala das Sessões, em 08.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 324

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de proceder manilhamento para esgoto na Rua Raquel Prado, proximidades do n° 577, localizada entre

as ruas Mamoré e Paulo Graese Sobrinho, no bairro das Mercês. Ocorre que no local não há lugar apropriado para escoamento do esgoto, causando muitos transtornos a todos os moradores.

Sala das Sessões, em 08.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 325

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de providenciar junto aos órgãos competentes do Estado, a implantação de uma linha de ônibus que atenda o Conjunto Condomínio Novo Horizonte e também energia elétrica neste mesmo conjunto.

O pedido foi feito pelos moradores do local, os quais afirmam que o Conjunto já existe há cinco anos e não tem ônibus próprio, são muitas as pessoas que lá residem e eles têm que andar longos trechos para pegar o ônibus.

Pelo motivo de não existir iluminação pública, têm ocorrido muitos assaltos, deixando todos com medo e apreensivos.

Pedem uma especial atenção ao seu pedido, uma vez que com a implantação destes dois serviços de utilidade pública um grande número de pessoas será beneficiada.

Sala das Sessões, em 08.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 326

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de proceder a colocação de lâmpadas nos postes da Rua das Laranjeiras, proximidades do n° 139, localizada na Colônia Gabriella.

Ocorre que a COPEL fez a substituição de posteação mais moderna, porém a mesma informou aos moradores que a colocação das lâmpadas é de responsabilidade da Prefeitura, motivo este que originou o presente Requerimento.

Pedem os moradores do local que seu pedido seja atendido o mais breve possível, pois a rua fica às escuras, causando muito medo e apreensão em todos, principalmente às crianças que estudam à noite e que são obrigadas a sair de suas casas.

Sala das Sessões, em 08.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 050/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio, através da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG e a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina-PR, objetivando a implantação de extensão do "campus" da UEPG no referido município, com os seguintes cursos:

- I - Física;
- II - Matemática;
- III - Química;
- IV - Engenharia Civil;
- V - Engenharia de Materiais;
- VI - Odontologia;
- VII - Ciências Econômicas;
- VIII - Serviço Social;
- IX - Jornalismo.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, para fins de sua aplicação.

Art. 3° - Fica autorizada, também, a abertura de crédito suplementar, para cobertura das despesas resultantes desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.94.

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

JUSTIFICATIVA:

A proposição ora levada à apreciação desta Casa, tem por escopo levar o ensino superior a uma região que apresenta condições ideais à sua implantação.

O Município de Santo Antônio da Platina localiza-se em uma região privilegiada geograficamente, com uma quantidade considerável de outros municípios ao seu redor, cujas populações, certamente, serão altamente beneficiadas com a extensão de um "campus", que venha a lhes atender as expectativas.

Pesquisas preliminares demonstram a potencialidade de atendimento no ensino superior, a uma clientela de aproximadamente 3.000 alunos, residentes em dezesseite municípios circunvizinhos, para cujo atendimento Santo Antônio da Platina poderá ter a solução adequada.

Para as instalações desejadas, o município poderá oferecer um prédio localizado em ponto próximo ao centro, com área construída de mais de dois mil e quinhentos metros quadrados, que se encontra em fase acelerada de acabamento.

Pelos motivos expostos, solicitamos aos nobres Pares, a compreensão e o acatamento à presente proposição, na certeza de que se levará à Região do Norte Pioneiro o progresso e a atenção desejada pela popu-

PROJETO DE LEI N° 051/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Luar - ARLU, com sede e foro no Município de São João do Ivaí - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 08.03.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Luar, de São João do Ivaí - PR, é uma entidade que desenvolve um trabalho de atendimento aos menos favorecidos, conforme relatório de atividades em anexo.

Pelas declarações em anexo, constatamos tratar-se de entidade que faz jus ser reconhecida como de Utilidade Pública Estadual, tendo em vista já ser reconhecida a nível municipal, de acordo com a Lei n° 733, de 04.04.91, da Prefeitura Municipal de São João do Ivaí.

A entidade não remunera os membros da Diretoria em hipótese alguma.

PROJETO DE LEI N° 052/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - É assegurada nos estabelecimentos de ensino de 1° e 2° graus, públicos ou privados no Estado do Paraná, a livre organização de grêmios estudantis, para representar os interesses e expressar os pleitos dos alunos.

Art. 2° - É de competência exclusiva dos estudantes a definição das formas, dos critérios, dos estatutos e demais questões referentes a organização dos grêmios estudantis.

Art. 3° - Aos estabelecimentos paranaenses de ensino, caberão assegurar espaço para divulgação das atividades do grêmio estudantil em local de grande circulação de alunos, bem como para as reuniões de seus membros.

Parágrafo Único - É assegurada nas instituições de ensino do Estado do Paraná a livre circulação e expressão das atividades estudantis:

- I - os grêmios estudantis;
- II - as entidades representativas estudantis municipais, regionais e nacional.

Art. 4° - É garantida a rematrícula dos membros dos grêmios estudantis, salvo

Curitiba, terça, em 08.03.94

por livre opção do aluno ou do responsável, nos mesmos estabelecimentos em que estejam matriculados.

Art. 5° - Sob pena de abuso de poder, é vedado qualquer interferência estatal e/ou particular nos grêmios estudantis, que prejudique suas atividades, dificultando ou impedindo o seu livre funcionamento.

Parágrafo Único - Os responsáveis pela interferência de que trata o "caput" deste artigo, responderão na forma da lei, civil e/ou penal, e na Constituição Federal, sob a égide do art. 5°, XVIII.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.94.

(a) ERNANI PUDELL

Apoio: Heinz Herwig, Ovídio Constantino, Cezar Silvestri, Duílio Genari e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

A livre organização da juventude, em especial a estudantil, é antes de mais nada uma das lutas históricas do povo brasileiro. No seu cerne está a liberdade, esta que foi ceifada durante o regime de arbítrio, enlutando o País a partir de 1964, através de atos de exceção, decretos-leis e, no caso específico da organização estudantil, os decretos-leis n° 228, vedando a livre expressão, e o famigerado 477, igualmente uma camisa de força no movimento.

O fim do regime arbitrário e a ascensão da democracia, teve na juventude brasileira o expoente das forças que mobilizaram em favor do estado de direito democrático no País.

Ademais, a Constituição da República Federativa do Brasil, preconiza como direitos e garantias fundamentais, "a livre manifestação de pensamento" (art. 5°, IV), "a livre expressão da atividade intelectual, artística" (... , inciso IX), e, principalmente, garante a "plena liberdade de associação para fins lícitos" (inciso XVII), bem como a "criação de associações, na forma da lei, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento", consoante inciso XVIII do mesmo dispositivo constitucional.

Assim, o texto da Magna Carta inscreveu importantes alterações concernentes à auto-organização das entidades associativas, sendo vedado à lei colocar qualquer empecilho quanto à sua criação, salvo os já previstos, ou admitir qualquer interferência em atos de gestão da entidade, sob pena de abuso de poder.

Logo, assegurar a livre organização dos estudantes na forma desta lei, é nada

mais que observar a Constituição Federal.

PROJETO DE LEI N° 053/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Será concedida transferência em qualquer época do ano e independente de existência de vaga:

- I - Para instituições de ensino superior vinculadas e mantidas pelo Estado do Paraná, quando se tratar de Servidor Público Estadual, inclusive seus dependentes.
- II - A transferência deve ser requerida em virtude de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete em mudança para localidade onde se situe a instituição recebedora ou próxima desta, observadas as normas estabelecidas pelas respectivas instituições.

Art. 2° - A transferência dar-se-á em conformidade com o currículo de cada instituição.

- I - Não será aceita transferência de curso, que não àquele de origem.

Art. 3° - A transferência só poderá ser requerida após o 1° ano, ou 3° período, cursado plenamente na instituição de origem.

- I - As matérias componentes dos currículos mínimos de qualquer curso superior, estudadas com aproveitamento em instituição autorizada, serão automaticamente reconhecidas pela instituição que receber o aluno, devendo este, entretanto, cursar as matérias obrigatórias constantes do currículo pleno.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.94.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Estado moderno deve priorizar no conjunto de suas metas, a melhoria e o aperfeiçoamento na utilização dos recursos humanos. O Servidor Público Estadual, além de uma justa remuneração, deve ser objeto por parte do Estado, de investimentos, dando aos servidores melhores condições de trabalho, de aperfeiçoamento técnico e na sua formação intelectual.

Nesse sentido, o Estado deve desburocratizar, facilitando o processo de transferência, ao servidor que esteja cursando plenamente alguma instituição de ensino superior, e que em virtude de remoção ou transferência para outra localidade, não deixe de freqüentar e dar continuidade nos seus estudos.

Ademais, vale ressaltar que em todos os setores de atividades humanas hoje, quer seja na iniciativa privada, ou na esfera pública, exige-se aprimoramento para acompanhar a evolução na gestão dos recursos humanos, onde estes investimentos, certamente lograrão em um retorno viável e satisfatório para a administração pública.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Queremos parabenizar hoje, as mulheres do Paraná e do Brasil, pelo Dia Internacional da Mulher. Esta figura maravilhosa, a quem devemos a nossa vida, comemora hoje o seu dia internacional.

Queremos parabenizar a Deputada Emilia Belinati, pois ela representa as mulheres do Paraná neste Parlamento e as representa com muita dignidade porque, além de uma excelente Parlamentar, é uma boa mãe, uma boa esposa e creio que as mulheres do Paraná estão muito bem representadas na Assembléia Legislativa.

Portanto, hoje, as mulheres da Capital, do interior do nosso Estado e do Brasil, estão de parabéns pelo Dia Internacional da Mulher.

Queremos, mais uma vez, agradecer S. Exa. o Senhor Governador do Estado Roberto Requião, porque na próxima quinta-feira estará em Maringá inaugurando trezentas e cinquenta casas de um número de quatro mil casas que serão construídas em Maringá no programa Casa da Família.

Portanto, em nome de todos os maringenses que na próxima quarta-feira já receberão as suas moradias, a casa da família, aqueles que pagam aluguel caro, aqueles que moram em casebres, na próxima semana já terão trezentas e cinquenta casas, a casa da família, com uma prestação por volta de um salário mínimo e que creio que dará dias melhores e uma moradia digna à sua família.

Muito obrigado ao Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, que na próxima quinta-feira estará em Maringá, já inaugurando a primeira etapa.

Era só, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Hoje, dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, e um dia que era para ter

um caráter diferente daquele que nos leva até esta tribuna.

Mas antes, fiz questão de observar o que anda ocorrendo em nosso País no que diz respeito à mulher, e recolhi um pouco de material que saiu na imprensa no último ano. Vou ler aqui algumas manchetes: "O Curitibano Gosta de Bater em Mulher", "Mulher Assassinada pelo Próprio Marido", "Mulheres Vítimas de Violência Doméstica", "Quarteto Estupra Menor Ameaçada por um Espeto", "Maníacos Sexuais atacam". "Casal assaltado e mulher estuprada". "Prostituta estuprada por nove filhos de colunáveis".

Esta é uma amostra do que acontece em nosso Estado, quando se refere a violência sobre a mulher.

Recentemente em Londrina, no ano de 92, uma dona de casa foi morta com 72 facadas. Seu marido, o matador, foi julgado e recebeu uma pena de 20 anos e seis meses de prisão. Aguardou em liberdade o recurso e foi condenado a nove anos, recorreu continua em liberdade e provavelmente após julgar o próximo recurso não seja mais condenado como dizem alguns advogados. Um advogado entre vários que assistiu ao julgamento deste assassino, que era Marcos Panise, diz o jornal que quando terminou a sessão do seu julgamento, mesmo sendo proibida qualquer manifestação, os familiares de Marcos bateram palmas pela sentença.

Um dos advogados que assistiu a sessão, comentou em tom jocoso, que se houver novo julgamento, provavelmente a vítima, que é a sua esposa, que foi assassinada por ele, será condenada e não o assassino.

Este é um retrato da violência física das quais as mulheres, na sua grande parte, são vítimas. E pergunto: até quando nós, homens, vamos assistir calados a esta violência?

Mas não pára aí este tipo de violência, não pára a violência só na questão física, ela está na relação cotidiana entre homem e a mulher, seja nas relações quando diz respeito aos seus direitos, como na questão da saúde, que sabemos que cerca de 3% das mulheres morrem de complicação de gestação ou de parto no nosso Estado. Quando isso em qualquer sociedade que tenha preocupação mínima com a saúde já é superado e em nosso Estado há esse alto índice de mortalidade.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, cinco milhões de mulheres por ano fazem aborto em nosso País. Este dado somado com os 3% que se tem anteriormente, demonstra que não existe um programa de atendimento à saúde da mulher em nosso País, porque se tivémos um programa de atendimento à saúde, temos absoluta certeza que a atenção a gestação e ao parto, diminuirá o número de abortos e diminuirá

também o número de mortes maternas.

A ausência desta política determinante a saúde da mulher leva também a que 44% das mulheres são laqueadas hoje em nosso País. Esta relação de superioridade do homem em relação a mulher, também se demonstra nas relações de trabalho. 36,7% da população economicamente ativa são mulheres, mas que dentro...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. passa a falar no Horário da Liderança do PT.

O SR. DOUTOR ROSINHA - ... da fábrica ou da empresa, elas recebem um salário inferior aos homens e na hora da ascensão profissional ou funcional, dentro de serviços públicos, ou privados, a mulher dificilmente é alcançada ao cargo de diretoria, ou de chefia.

Ainda nessas relações, quando por razão da contratação de qualquer mulher, as empresas exigem o teste de gravidez, ou que prove que foi feito laqueadura para poder ser contratada.

Essa violência física institucionalizada nas relações do homem e a mulher também é institucionalizada quando vamos discutir a questões de lei. O nosso Código Penal, que já devia ter sido revisto há muitos anos, mostra ainda, em final de século, quase no ano 2000, que adultério é considerado crime, e por causa dele se o homem matar e alegar a honra assim mesmo não será condenado, mesmo sendo um assassino.

O nosso Código Penal coloca o estupro de crime contra a pessoa, quando a mulher é vítima da violência do estupro, inclusive é muito mais agressivo psicologicamente do que quando qualquer ser humano é vítima de algum assalto, porque essa violência pessoal é uma violência que agride psicologicamente com profundidade a mulher.

A questão da virgindade ainda é tratada pelo Código Penal que se a mulher não for virgem por ocasião do casamento ainda pode ser razão de anulação de casamento. Isto deve e tem que ser revisto, porque não é possível que um Código Penal estabeleça isso como crime e sempre a mulher como criminosa.

Enquanto não se tiver uma política de atendimento à saúde da mulher, completa, temos que desenvolver o debate sobre todos esses temas; e no bojo dessa política também tem que debater a questão do aborto e a sua discriminação.

Ainda voltando ao Código Penal, estabelece esse código que um pai que considerar a sua filha como desonesta pode deserdá-la da herança, e o considerado desonesto é que diz respeito ao comportamento sexual desta filha.

Portanto nós, cidadãos e homens, preocupados com essa situação atual da mulher brasileira, temos que nos colocar lado a lado a esta maioria da população, e para isso basta analisar os dados do IBGE, e defender direitos iguais entre homens e mulheres, e a data de hoje é uma data propícia para aqueles que ainda não pensaram nesse procedimento, começar a pensar e atuar, defendendo essa igualdade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pequeno Expediente, Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em nome da Bancada do PDT também não podemos deixar passar em branco esta data, esse dia, dia especial, e para a nossa satisfação temos em nossa Bancada a única representante feminina deste Poder; e temos a certeza que hoje muito bem lembrada pela nossa companheira, Deputada Emilia Belinati, ela estará realizando neste dia, e obviamente extensivo a todos os companheiros Deputados, solenidade a partir das 17:00 neste Plenário, para falar a respeito desta questão Mulher.

Com certeza o dia da mulher não é apenas dia 8. São todos os dias. Criou-se o dia especial para que se lembrem com mais afetividade, com mais carinho aquela que tem o poder singular de gerar uma outra vida.

Em nome da nossa Bancada, através da nossa companheira Emilia Belinati, os votos extensivos de que a mulher seja sempre a força e o espaço que ela está conquistando é o espaço dela, é o espaço que não deve a ninguém.

Fica aí registrado então o convite e os votos em nome da Bancada.

E também, obviamente, a Deputada Emilia solicita que não só os Parlamentares, mas que também os funcionários da Casa, as funcionárias, participem desta solenidade e o voto extensivo da Bancada do PDT, também às funcionárias mulheres da Assembleia Legislativa que aqui com certeza representam a maioria.

Queremos também, nesta oportunidade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar registrado algo que falávamos ontem em relação à manifestação dos professores do Paraná.

Tentaram uma audiência e vêm tentando uma audiência com S. Exa. o Senhor Governador desde o mês de janeiro e até hoje não se efetivou para a entrega da pauta. E esses professores ontem reunidos no Plenarinho desta Casa, após terem as portas fechadas do Palácio Iguaçu, decidiram naquela oportunidade que realizarão assembleias regionais a partir deste mês, a partir desta data até o dia 21, quando no

dia 26 estarão realizando uma Assembleia Geral para analisar a postura ontem do Governo do Estado e não podemos aqui deixar de descartar até a possibilidade da deflagração de um movimento peredista no Estado do Paraná. Nós, assim como a sociedade paranaense, não desejamos em hipótese alguma.

Mas, dizíamos ontem que se a esta linguagem o professor, a professora paranaense tiver que recorrer com certeza jamais se acovardarão diante de quem quer que seja na luta pelos seus direitos.

Nós temos certeza de que se o Governador do Estado ontem descesse do pedestal e procurasse ouvir a reivindicação dos professores, com certeza o caminho poderia ser outro. E quiçá ele possa ouvir, ele possa atender a Associação através do seu sindicato, possa ouvir a sua Diretoria em relação a esta pauta reivindicatória e evitar que no dia 26 deste mês os professores do Paraná tomem uma posição diferente em termos de continuidade, da normalidade das aulas neste Estado.

Vai lutar a direção do sindicato dos professores, na Presidência do professor Mário Sérgio, que através dessa diretoria está mostrando ao Governo do Estado que a negociação não se faz como se fazia até recentemente unindo apenas meia dúzia, discutindo as questões do magistério.

Essa entidade, através dessa nova diretoria está encaminhando a discussão através das bases, puxando as bases para essas discussões e que a base decida que destino tomar em relação ao tratamento que vem sendo dispensado pelo Governo do Estado em relação às reivindicações do magistério paranaense.

(Término do tempo)

Senhor Presidente, uso o Horário da Liderança do PDT.

(Assentimento)

Quiçá possamos chegar a um bom entendimento antes do dia 26 de março, o Governador possa ouvir a pauta de reivindicações dos professores do Paraná e dia 26 possa ter um caminho diferente do que o que estamos prevendo que pode ser até a paralisação do magistério estadual para mostrar que a coisa não é tão pacífica e tão boa como tem se divulgado de que a educação no Paraná está dando certo e é educação de primeiro mundo.

A educação não se faz com reforma de sala de aula ou com carteiras novas. Se faz com investimento naqueles que são responsáveis pela qualidade e pela formação do homem de amanhã.

E, nesta oportunidade, queremos deixar registrado nesta Assembleia, a pauta que deveria ontem ser discutida com S. Exa. o Senhor Governador (Lê):

"PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

REPRESENTADOS PELO SINDICATO DOS PROFESSORES DAS REDES PÚBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAL DO PARANÁ

01. PISO SALARIAL

Piso salarial profissional suficiente ao atendimento do inciso IV do artigo 7º da Constitucional Federal - salário mínimo - estimado pelo DIEESE para o mês de Fevereiro/94 em Cr\$ 214.595,00 (duzentos e quatorze mil quinhentos e noventa e cinco cruzeiros reais), com reajustes que lhe conservem o poder aquisitivo.

02. REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS

Reposição das perdas ocorridas no período compreendido entre janeiro de 1.991 e fevereiro de 1.994, calculada pelo DIEESE em 196,56% (cento e noventa e seis vírgula cinqüenta e seis por cento), sobre o salário inicial de carreira (PAI) e sobre os salários praticados.

03. POLÍTICA SALARIAL

Garantia de reposição mensal das perdas salariais ocorridas imediatamente anterior, calculadas através do ICV-DIEESE, aplicada sobre os salários praticados e sobre o salário inicial de carreira (PAI).

04. REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.219

- a. Inserção de todos os professores no Quadro Próprio do Magistério sem redução do nível salarial;
- b. alteração dos artigos 47 e 49, determinando que as contribuições feitas pelo Estado e pelos Servidores sejam sub-divididas nas mesmas proporções, nos percentuais de 8% (oito por cento) para o Fundo Previdenciário e 2% (dois por cento) para o Sistema de Saúde, com implementação imediata;
- c. isenção da Contribuição previdenciária a todos os servidores com idade igual ou superior a 60 anos.

05. IPE

- a. Cobertura integral pelo IPE no tratamento das enfermidades, incluindo consultas médicas em todas as especialidades, tratamento odontológico, medicamentos, exames laboratoriais, exames complementares e internamento;
- b. garantia de gratuidade em todos os serviços prestados pelo IPE aos professores que percebam salário igual ou inferior a três salários mínimos e aos aposentados;
- c. isenção dos aposentados, das contribuições do IPE;
- d. credenciamento de médicos, odontólogos, clínicas, laboratórios, hospitais, de cada município, sem contratação própria com funcionário do IPE;
- e. reestruturação das Coordenadorias do IPE;
- f. nos locais onde não haja credenciamento, que o IPE restitua na integralidade as despesas efetuadas, entendendo-se como tais aquelas compreendidas na

Curitiba, terça, em 08.03.94

alínea "a" deste item, em valores atualizados.

06. RDT

- a. Alteração da Lei do RDT - Lei Complementar 37/86;
- b. abertura imediata de vagas para o RDT;
- c. isonomia do tratamento entre os optantes pelo RDT e os demais professores integrantes do Quadro Próprio do Magistério;
- d. contagem de tempo na complementação:
 - seja considerada para contagem de tempo na complementação, o exercício das funções de professor nas escolas particulares ou municipais, bem como o exercício de outras funções no caso de aposentadoria não especial;
 - seja considerada carga horária de 40 horas semanais, quando certificado pelo INSS - exercício da profissão em tempo integral, contando - se vinte horas no OOHS; e
 - integração da hora atividade para e feitos de aposentadoria, também na complementação para o optante do RDT.

07. APOSENTADORIA ESPECIAL

Garantia de aposentadoria especial a todos os professores que integram o Magistério e exerçam, ou tenham exercido, qualquer das atividades previstas no art. 2º da Lei Complementar 07/76.

08. HORA ATIVIDADE

Garantia de hora - atividade para todos os professores, independente do regime jurídico.

09. INCORPORAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES

Incorporação das gratificações nas aposentadorias, de todos os integrantes do Magistério sem exceções, que exerçam, exerceram ou façam jus às gratificações para as funções de diretor, diretor auxiliar, orientador educacional, supervisor educacional, coordenador e gratificações por regência de classe, apoio educacional, exercício noturno, escolas de difícil acesso e em escolas especiais.

10. LIBERAÇÃO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

Liberação dos dirigentes sindicais da APP - direção geral e núcleos, com ônus para o Estado, garantindo - se a estes todos os direitos, sem qualquer prejuízo, inclusive da aposentadoria especial.

Curitiba, 07 de março de 1.994

Esta era a pauta a ser discutida ontem por S.Exa. o Governador do Estado e com certeza, se até o dia 26, o Governo do Estado não receber a direção da APP-Sindicato, com certeza a responsabilidade por quaisquer desdobramentos, a partir do dia 26 deste mês, não será da diretoria da APP-Sindicato, nem tão pouco, dos seus professores, mas sim, a responsabilidade única do Senhor Governador Roberto Requião, porque os Secretários designados já disseram a esta diretoria que não têm mais

o que negociar com os professores, porque a competência agora é política e exclusiva do Governador Roberto Requião.

Concedo aparte à Deputada Emilia Belinati.

A Sra. Emilia Belinati - Quero me somar às suas preocupações, ao seu pronunciamento e agradecer o seu pronunciamento a respeito do Dia Internacional da Mulher e convidar a todos os Deputados presentes aqui, para que se façam presentes às 17:00 horas no Plenário, para que possamos fazer realizar uma sessão especial em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Também estamos preocupados com a questão salarial dos professores, principalmente porque o professor é aquele que tem a responsabilidade da formação dos nossos filhos e da sociedade e se o professor hoje não tem atendidas as suas necessidades básicas e mínimas para que ele possa exercer com responsabilidade, com seriedade, com competência e que possa também, despreocupado, atender o trabalho das crianças nas escolas, se não houver na realidade, uma política salarial do Governo do Estado no sentido de melhorar não só o salário dos professores, dos servidores públicos, mas também, melhorar a condição de trabalho dos professores, com certeza, esperamos muito pouco do nosso País e do nosso Estado se não for dada a atenção que a área da educação merece.

O Dia Internacional da Mulher é o dia propício para que nos manifestemos a respeito de maior investimento, da necessidade de maior investimento na área da educação e uma das formas é atendendo as reivindicações do Sindicato dos Professores do Estado do Paraná.

O SR. PAULO MAIA - Encerrando, Senhor Presidente.

Agradeço o aparte da Deputada Emilia Belinati e quero deixar registrado a nossa preocupação no sentido de que todos nos manifestemos e não permitamos que os professores mais uma vez tenham que "puxar a bandeira", através de uma greve, denunciando a situação caótica que vivem - não apenas os professores, mas o servidor público indistintamente.

São salários de miséria, salários de fome e estão sendo puxados pelos professores, denunciando o que está havendo com os funcionários públicos indistintamente.

Não é este paraíso, não é esta ilha e muito menos, o Paraná que deu certo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para

concordar com o Deputado Paulo Maia e com o Deputado Florisvaldo Fier, sobre o Código Penal Brasileiro, sobre os direitos iguais, porque hoje se comemora não só no Brasil, mas em todo o mundo, o Dia Internacional da Mulher.

Mas, gostaria de deixar registrado que a mulher brasileira não está medingando nada no seu dia, o que ela quer, e que eu entendo quando ouço minha esposa, quando converso com algumas mulheres brasileiras do meu Estado, a mulher é igual ao homem, ela tem direitos iguais, o que a mulher brasileira precisa é de respeito, ela precisa ser respeitada pela Constituição Brasileira deste País, seja a Deputada Emilia que aqui está representando a mulher brasileira do meu Estado, seja todas as mulheres que trabalham nesse Parlamento, seja a professora, a jornalista, a advogada, a odontóloga, a taquígrafa, todas, aquela que está no corredor limpando o chão ou os nossos gabinetes; seja a negra ou a branca, as duas têm a mesma cor do sangue, as duas são iguais perante Deus, perante Cristo, perante o Código Penal Brasileiro que é arcaico, defasado, assassino, violentado e que realmente é um "estrongo" como disse o Dr. Rosinha, não só para os direitos da mulher, mas para os direitos do jovem, para os direitos do trabalhador brasileiro.

Hoje é o Dia Internacional da Mulher, mas temos todas as mulheres do meu entender, principalmente aquela que gera, aquela que gera tem o direito de embalar um berço e tem o direito de reger a humanidade. Para mim todo dia é dia da mulher, não adianta você fazer um carnaval hoje, fazer passeata, debate, etc., todo dia é dia da mulher, todo dia é dia do jovem, todo dia é dia do homem, todo dia para mim é Natal, todo dia para mim é Ano Novo.

Não adianta você comemorar o Ano Novo se no dia seguinte você continua com os mesmos problemas do ano passado. Não adianta você comer bem no dia de Natal se no dia seguinte você tem que comer mal. Não adianta só falar da mulher somente no dia Internacional da Mulher Não adianta lutar pela criança só no Dia da Criança.

Ora, nós temos que lutar todos os dias. A mulher que está na lavoura, na apanha do algodão, na cata do café ela tem os mesmos direitos como tem uma advogada, uma jornalista, como tem a Deputada Emilia, como tem o Deputado Ovídio, como tenho eu, todas as mulheres. As mulheres brasileiras - a minha mulher é professora, eu digo por ela - todas as mulheres, sem distinção de classe, de credo, seja ela branca, negra, pobre, paranaense, carioca, mato-grossense, de qualquer cor, credo, raça, a mulher brasileira tem que ser respeitada, não só no Dia Internacional da

Mulher, ela tem que ser respeitada dentro do seu lar, ser respeitada dentro da Constituição Brasileira, tem que ser respeitada não só hoje no Dia Internacional da Mulher, ela tem que ser respeitada todos os dias de sua vida, porque eu vim do ventre de uma mulher, e a mulher que gera um filho, Deputado, tem o direito - guarde isso - de gerar não só um filho, mas de reger toda humanidade. Vim do ventre de uma mulher, a mulher é sublime, é soberana.

Não é só hoje que devemos comemorar o Dia da Mulher, devemos comemorar o Dia da Mulher todos os dias de nossas vidas, porque tem mulher lá no campo que está abandonada, tem outras em várias partes da cidade, tem outras dentro das nossas residências, todas, o que elas querem, a Deputada Emilia está certa de debater. O que elas querem? Nada mais, nada menos do que ser respeitada; ser respeitada! O Código Penal é arcaico? É! Tem que mudar? Tem! Mas não mudar só para mulher; mudar para o jovem, mudar para o homem, mudar para todos.

A Constituição é falha? É! A mulher tem que ser respeitada? Tem! Então, temos que colocar em Brasília homens que não se preocupem só consigo mesmos, mas se preocupem sim, com todas as mulheres, com todos os homens, com a família em si na Nação brasileira.

Deixo aqui em meu nome, em nome da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, a minha homenagem à única mulher neste Parlamento, Deputada Emilia. Que a senhora seja feliz na sua caminhada. Mas deixo também, Deputada Emilia, a todas as mulheres que estão aqui, que estão lá, a Roseli, a todas as taquígrafas; as que estão lá no nosso gabinete nos assessorando; as advogadas, as psicólogas, as odontólogas; as que estão na rua agora no ponto de ônibus; enfim, a todas; as que estão no barraco, as que estão no palácio, as que estão numa cabana ou em qualquer parte deste País, rendo a minha homenagem à mulher brasileira.

Mas ainda continuo com a minha maneira de pensar: todos os dias são dias da mulher brasileira, todos os dias são dias da mulher brasileira! Ela não está mendigando nada, Deputado Ernani, ela quer ser respeitada pela Constituição Brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Esta Presidência registra com satisfação a presença do Vereador Pedro Setinik do Município de Piraquara, atendendo su-

gestão do Deputado Neivo Beraldin.

Antes de passarmos ao Horário das Lideranças, esta Presidência, mais uma vez, solicita às lideranças partidárias indicação dos representantes do PMDB, PT, PTB e PFL para integrarem a Comissão que cuidará da revisão constitucional, em virtude de emenda que chegou a este Poder, de iniciativa de S.Exa. o Governador Roberto Requião.

Liderança do PSDB.

(Declina).

Liderança do PTB.

Com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

O Paraná inteiro vive a euforia de uma grande safra nos quatro cantos deste Estado e, infelizmente, ontem, após intensas chuvas, o Município de Morretes perdeu toda a sua produção. Não houve nenhum proprietário de pequena ou média propriedade que não tivesse toda a sua produção perdida.

Estou enviando um Requerimento à Presidência do Banco do Brasil e ao Ministério da Agricultura e gostaria de contar com a anuência dos Senhores Deputados para que seja ampliado o prazo de pagamento dos financiamentos destes agricultores.

Senhores Deputados, num momento de festa para o Estado do Paraná com recorde de produção, o Município de Morretes no litoral paranaense, por obra divina, perdeu toda a sua produção - quando digo toda, porque perdeu toda mesmo - não ficou um metro de terra agricultável que não tenha sido alagado.

Por isso, gostaria de registrar aqui a minha preocupação e pedir a todos os Srs. Deputados que assinassem junto comigo, esse Requerimento que, se ouvido for, trará pelo menos um prazo e um alento para todos esses milhares de pequenos agricultores do Município de Morretes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - PFL, PP, PL, PMDB.

(Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando seu nome para compor a Comissão Especial, que dispõe sobre a indicação do Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, para Procurador Geral de Justiça do Estado. À Dire-

toria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 07/94, subscrito pelo Sr. Deputado Nelson Garcia, na qualidade de Líder do PFL, constante de expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para compor a Comissão Especial que analisará a Emenda Constitucional encaminhada a este Poder pelo Sr. Governador do Estado. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício n° 010/94, subscrito pelo Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente, solicitando sejam abonadas suas faltas nas Sessões Plenárias dos dias 01, 02, 03 e 07 do corrente mês, em função de compromissos assumidos nos Municípios que representa. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, devidamente apoiado, constante do expediente. **A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Arthur Ritti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **A Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 597/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Santa Fé, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 597/93

EMENDA ADITIVA

P A R E C E R:

Analisando a Emenda Aditiva, de autoria dos Deputados Florisvaldo Fier, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, referente ao Projeto de Lei n° 597/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices para sua tramitação regimental, até final deliberação pelo duto e soberano Plenário.

Recebe portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Sessões, em 01.03.94

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

Apoio: Carlos Simões, Oswaldo Trevi-
san, Dalton Machuca, Costenaro Neto, Co-
lombino Grassano, Alceu Swarowski, Ernani
Pudell, Paulo Maia, Emilia Belinati, João
Iensen, Arlindo Troian.

ITEM 02

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 575/91, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que revoga a Lei n° 7.727 de 25 de julho de 1983 (Município de Turvo). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, este Projeto de Lei já esteve no período legislativo passado na Ordem do Dia e foi retirado em função de que haviam algumas divergências e polêmicas nos Municípios envolvidos. Tivemos informação de que uma Comissão daqueles Municípios já havia tido uma conversa com V. Exa. e discutido a possibilidade de um plebiscito nesta área. Gostaria de saber se V. Exa. tem informações nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa responde à questão de Ordem de V.

Exa. e que, de nossa autoria, tramita nesta Casa um Projeto de Resolução propondo a realização de plebiscito para definição quanto a permanência dessa área para o Município de Turvo ou para Prudentópolis.

No entanto, Deputado, esse projeto foi aprovado em 1.ª Discussão, e nesta segunda Discussão está recebendo o requerimento solicitando o adiamento por 5 sessões. Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n° 575/91.

O Projeto retorna, por conseguinte, após decorrido esse prazo de 5 sessões.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Obrigado, Sr. Presidente.

ITEM 03

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 641/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que assegura aos ocupantes de cargo em Comissão, não servidores de cargo de carreira técnica ou profissional, da administração direta e autarquias, o direito a contagem recíproca para fins de aposentadoria conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EMEN-

DAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 641/93

EMENDAS 01, 02 e 03

P A R E C E R:

As emendas 01, 02 e 03 ao Projeto de Lei n° 641/93, que assegura aos ocupantes de cargo em Comissão, não servidores de cargo de carreira técnica ou profissional, da administração direta e autarquias, o direito à recíproca para fins de aposentadoria conforme específica.

O Projeto foi aprovado em 1ª Discussão e as emendas mencionadas foram apresentadas dentro da forma e prazo regimental.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

Apoiamento: Colombino Grassano, Toti Colaço, João Iensen, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Costenaro Neto, Ernani Pudell, Paulo Maia, Oswaldo Trevisan.

Em discussão e votação o Projeto, ressalvadas as emendas. Senhores Deputados que aprovam o Projeto permaneçam como estão. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

Em votação a emenda n° 01 de Plenário, autoria do Deputado Toti Colaço ao Projeto 641/93. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação a emenda n° 02, autoria do Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e apoiado por outros Deputados. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação a emenda número 03, autoria do Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e outros. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O Projeto irá a 3ª Discussão.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 093/92, de autoria do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, que declara de Utilidade Pública o Asilo São João Batista, do Município de Tabajara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 35/92 de 29.04.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

O plano de lei, em espécie, pretende seja declarado de Utilidade Pública o Asilo São João Batista, do Município de Tape-

jara-PR.

Os documentos acostados comprovam, que o Asilo São João Batista, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados. Cumpre a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei n° 6994 de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1°, incisos I, II, III, IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 162/93, de autoria do Deputado Paulo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra de Ivaiporã - A.R.A.. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 41, de 04.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 162/93

P A R E C E R:

O nobre Parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra de Ivaiporã - A.R.A., com sede e foro no Município de Ivaiporã, neste Estado.

Analisada a matéria, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, somos de parecer favorável, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 286/93, de autoria do Deputado José Artur Ritti, que dispõe sobre a isenção da tributação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas operações internas, conforme específica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.F.. (Publ. no D.A. n° 82, de 22.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 286/93

P A R E C E R:

Propôs o autor do projeto de lei que objetiva a isenção da tributação do Impos-

to sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações, os contribuintes que em operações internas, procederem doações a pessoa jurídica de direito público e privado, declarada de Utilidade Pública e a atendimentos a situações de calamidade pública, conforme especifica.

O art. 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", da Constituição Federal, estabelece que cabe à Lei Complementar regular isenções concedidas ou revogadas pelo Estado.

A Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, determina que as isenções do ICMS serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados unanimemente pelos Estados e pelo Distrito Federal, através do Conselho de Política Fazendária - CONFAZ.

O art. 12, § 2º, da referida lei, determina que os benefícios concedidos por legislação estadual devem ser convalidados por convênio entre Estados e o Distrito Federal.

A Secretaria de Estado da Fazenda, através da Coordenação da Receita - Inspeção Geral de Tributação, apresentou informação nº 167/93, o qual fica fazendo parte integrante deste parecer, opina também pela inconstitucionalidade do projeto em exame, considerando ainda, que "as doações de mercadorias a entidades governamentais e as reconhecidas de Utilidade Pública, para assistência a vítimas de calamidade pública, já estão contempladas com o benefício proposto, de acordo com autorização contida no Convênio ICM 26/75, de 05 de novembro de 1975, Decreto Estadual nº 1966/92, anexo I, Tabela II, item 10.

Nestas condições, somos de parecer contrário, face a inconstitucionalidade mencionada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 286/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado José Arthur Ritti, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que dispõe sobre a isenção da tributação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas operações internas, conforme especifica.

Após submetido à análise da Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer desfavorável, face sua flagrante inconstitucionalidade.

Nestas condições, esta Comissão entende que a decisão quanto a viabilidade ou não deve ser decidida em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

Em votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, pelas razões do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que dá parecer com flagrante inconstitucionalidade desse projeto, e dá parecer contrário ao projeto, pelas razões constadas no Parecer do Deputado relator, temos que encaminhar contrariamente à aprovação desse Projeto porque ele tem flagrante inconstitucionalidade e o Parecer demonstra isso claramente.

Votamos e encaminhamos contrariamente ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o projeto, lembrando aos Srs. Deputados que a Comissão de Constituição e Justiça deu parecer contrário ao mesmo.

Neste sentido colocamos também de forma contrária...

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI (Pela Ordem) - O Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça não inviabiliza a votação do projeto em Plenário.

Então, peço que ele seja apreciado pelos nossos colegas Deputados.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, analisando com muito cuidado o Projeto do Deputado Arthur Ritti, entendemos que desta matéria cabe deliberação do CONFAZ.

Queria fazer um apelo ao Deputado Ritti que encaminhasse esse seu projeto, essa sua matéria, através de consulta, à própria Secretaria da Fazenda, para que fizesse apresentação dessa matéria na reunião do CONFAZ, e após, então, a definição do CONFAZ, a sua decisão a respeito da legalidade e da viabilidade da implantação desta matéria, poderíamos perfeitamente aprovar o projeto de V. Exa.

Entendo desta maneira. Receio que da forma que está o Projeto, mesmo sendo aprovado aqui nesta Casa, será vetado por S. Exa. o Governador do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto nº 286/93.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Com o maior respeito ao Deputado José Arthur Ritti, a Comissão de Constituição e

Justiça tem seguidamente até acatado projetos similares a estes que está sendo votado nesta Sessão. São projetos autorizatórios. Neste, porém, é um projeto que isenta da tributação de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Comissão de Constituição e Justiça, apreciou e deu o seu parecer contrário.

Não é um projeto autorizatório e desta feita queria me posicionar e encaminhar contrariamente à aprovação do projeto, com o maior respeito ao Deputado José Arthur Ritti e pedir também que os demais companheiros possam rejeitar o projeto, muito embora tenha um interesse muito grande, mas é violentamente inconstitucional, Ritti, e desta feita não posso acompanhá-lo nesta votação.

O SR. COSTENARO NETO (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, eu também, por respeitar o nobre Deputado Ritti, amigo, companheiro, mas não posso concordar de forma nenhuma e de fato esse projeto só quem pode resolver é o CONFAZ, se não teria razão do CONFAZ. Ele é que discute a forma dos impostos e também não se pode colocar ICM em prestação de serviço. Prestação de serviço é cobrado ISS.

Portanto, que não há razão nenhuma, o projeto na verdade, a votação da C.C.J., por fazer parte dela votei contra em função porque o considero inconstitucional, também por este fato.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa colocará em votação na forma inversa, tendo em vista o Parecer contrário da C.C.J..

Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se levantem.

(Pausa).

Quinze (15) Senhores Deputados rejeitam.

Treze (13) Senhores Deputados aprovam. Está rejeitado o Projeto.

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 542/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Bairros Sociedade Amigos da Vila Nova Conquista - CIC, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. n° 130, de 27.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 542/93

P A R E C E R:
De autoria do Deputado Geraldo Cartá-

rio, o Projeto de Lei n° 542/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Bairros Sociedade Amigos da Vila Nova Conquista - CIC, com sede e foro nesta Capital.

Da análise do referido Projeto, em razão do mesmo cumprir as exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 623/93, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Associação do Centro Social Beneficente de Itaperuçu - ACESBI, com sede no Município de Itaperuçu e foro no Município de Rio Branco do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. n° 146/93, de 21.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 623/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, objetiva declarar, como Entidade de Utilidade Pública no Estado, a Associação do Centro Social Beneficente de Itaperuçu - ACESBI, com sede no Município de Itaperuçu e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender as exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

ITEM 09

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 741/93, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de São Gabriel - AMOSGA, com sede e foro no Município de Colombo, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. n° 174, de 08.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 741/93

P A R E C E R:

Em análise o presente Projeto de Lei n° 741/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de São Gabriel - AMOSGA, com sede em Colombo.

Sob o aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices para a sua tramitação regimental, até final deliberação pelo duto e soberano Plenário.

Recebe portanto, desta Comissão de

Constituição e Justiça, parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

ITEM 10

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 758/93, de autoria do Deputado ARLINDO TROIAN, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Cambará. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 177 de 13.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 758/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Arlindo Troian, o Projeto de Lei n° 758/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE" com sede e foro no Município de Cambará.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo cumpre as exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 11

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 759/93, de autoria do Deputado ARLINDO TROIAN, que declara de Utilidade Pública Estadual, de acordo com a Lei n° 6994 de 10 de janeiro de 1978, a Associação dos Deficientes Físicos de Toledo - ADFT, com sede e foro na Cidade de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado** (Publ. no D.A. n° 177/93, de 13.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 759/93

P A R E C E R:

Propôs o autor seja declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Deficientes Físicos de Toledo, com sede e foro na Cidade de Toledo.

Após a análise constitucional, legal e regimental, nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

ITEM 12

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 002/94, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n° 125/93, que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder em caráter de

utilização gratuita à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sapopema, imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 05, de 21.02.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 002/94

P A R E C E R:

A Mensagem em tela, de n° 125/93, oriunda do Poder Executivo Estadual, merece parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, opinamos favoravelmente.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 002/94

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental n° 125/93, o presente projeto de lei ora em exame por esta Comissão Técnica, objetiva a autorização para o Poder Executivo ceder o imóvel, que especifica, para utilização gratuita pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sapopema, até 31.12.94 (prazo este prorrogável por 4 anos, pelo consenso das partes).

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, emitimos parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.94

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa insiste mais uma vez com as Lideranças do PMDB, do PT, do PTB e PFL para indicar os seus representantes junto à Comissão que irá analisar a proposta de revisão com emenda constitucional de S. Exa. o Governador Roberto Requião.

Caso não haja as indicações a Mesa o fará ao final desta Sessão. Ao final da Sessão também a Mesa estará respondendo às Questões de Ordem formuladas pelos Deputados Florisvaldo Fier e Emilia Belinati.

Sobre a Mesa, Requerimento n° 315, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 316 a 318, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 319 a 322, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 323, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 324 a 326, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 330, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 332, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 311, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Resposta às Questões de Ordem formuladas pelos Nobres Deputados Florisvaldo Fier e Emilia Belinati.

"Os Deputados Emilia Belinati e Florisvaldo Fier encaminharam à Mesa, isoladamente. Questões de Ordem contestando a legalidade do procedimento desta Presidência ao recusar emendas de Plenário do Projeto de Lei n.º 04/94, oriundo de Mensagem do Senhor Governador, que reajusta, a partir de 1.º de fevereiro os vencimentos dos servidores civis e militares ativos e inativos e os salários do pessoal contratado da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

O Deputado Florisvaldo Fier vai mais além, argüindo a legalidade dos critérios adotados por esta Presidência para ter recebido e, a seu ver, "julgado" constitucional a Mensagem do Poder Executivo propondo emenda à Constituição Estadual, estabelecendo a quebra de sigilo bancário de candidatos ao Governo do Estado.

Nos termos do disposto no Art. 104, e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa.

PASSO A RESPONDER

No que respeita ao procedimento desta Presidência ao rejeitar as emendas propostas em Plenário pelos Deputados que subscrevem as Questões de Ordem, devo esclarecer-lhe que a decisão foi tomada em obediência estrita aos princípios constitucionais e regimentais que têm norteado minha atuação como Presidente desta Casa. Senão vejamos:

O Art. 68 da Constituição Estadual, que reproduz o estabelecido pelo Art. 63 da Carta Federal, é bem claro quando diz:

Art. 68 - Não será admitido aumento na despesa prevista:

I - Nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas

Curitiba, terça, em 08.03.94

as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, quando compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual;

A proibição é tão clara que não é necessária uma cultura jurídica muito apurada para percebê-la.

Por outro lado o Regimento Interno desta Casa, do qual como Presidente fui incumbido de fazer respeitar, não é menos claro ao determinar, em seu Art. 118, § 2.º que só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto de competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.

Ora, se o aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Senhor Governador do Estado é vedado aos Senhores Deputados por dispositivo da Constituição do Estado, elaborada, votada e promulgada por esta Assembléia, não há como esta Presidência agir de outra maneira.

A este respeito, portanto, mantemos a nossa decisão.

O Deputado Dr. Rosinha, no entanto, vai além em contestação, ao solicitar esclarecimentos sobre os critérios adotados por esta Presidência ao receber a Mensagem Governamental n.º 008/94, que propõe emenda à Constituição do Estado, acrescentando dispositivo que prevê a renúncia a qualquer garantia de sigilo bancário por parte dos candidatos aos cargos de Governador, Vice-Governador e aos designados à função de Secretário de Estado.

Tenho a lhe responder que trata-se aqui de questão inteiramente distinta, onde se discute vício de iniciativa, como no caso das emendas ao Projeto de Lei 04/94, pois é direito assegurado ao Senhor Governador, pelo Art. 64, II, da própria Constituição Estadual, a apresentação de emendas que a modifiquem.

Ainda mais, como se pode verificar do próprio teor da mensagem não se está abolindo nenhuma garantia individual assegurada pela Constituição Federal, mas tão somente propondo que aqueles que se dispõem a disputar cargos de envergadura da governança e vice-governança ou assumir Secretarias de Estado, a bem da transparência e da credibilidade que funções de tal natureza exigem, abram mão, temporariamente, do direito ao sigilo bancário.

A matéria sobre a qual trata a Emenda é controversa, pois como se tem verificado pelos últimos pronunciamentos do Supremo Tribunal, o instituto do sigilo bancário não é tão rígido como muitos julgavam ser, tendo sido autorizada a sua quebra em diversas oportunidades.

Nestas condições, não havendo vício de iniciativa, volto a frisar, não vemos como impedir a sua tramitação normal por esta Casa, ainda que é sujeita a um rito espe-

cial, estabelecido pelo Art. 192, e seguintes do Regimento Interno, que exigem a sua prévia apreciação por uma Comissão Especial.

Assim sendo, mantenho também aqui minha decisão e determino que seja registrada em livro especial, nos termos do Art. 106 do Regimento Interno e encaminhada cópia aos nobres Deputados Emilia Belinati e Florisvaldo Fier.

Sala das Sessões, em 08.03.94

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, obviamente que respeito a Vossa posição, mas discordo da questão da resposta em relação à Questão de Ordem.

No momento em que um Deputado for impedido, nesta Casa, de apresentar qualquer emenda a qualquer projeto, principalmente nesse de iniciativa, trata-se de despesas que relaciona-se a pessoal, e a Constituição é bastante clara quando diz que a iniciativa é do Poder Executivo, mas não vemos e não vimos, talvez nos mostrem, e a resposta a Questão de Ordem não respondeu a isso, no Regimento e na Constituição impedimento legal para se apresentar emenda a qualquer projeto de iniciativa de quem quer que seja.

Nós discordamos, achamos que é uma forma precipitada de agir em relação à iniciativa de qualquer Deputado, e se isso continuar acontecendo nós temos que determinar a extinção da CCJ que é a Comissão competente da Casa para dizer da constitucionalidade ou não da iniciativa de qualquer Deputado, ou então que a Mesa Executiva encaminhe ao Plenário a transformação do Plenário em Comissão Geral para decidir a respeito desta Emenda. Nós achamos uma questão muito precipitada, muito séria, viola, sem dúvida, os direitos dos Deputados em relação à iniciativa de emendas a qualquer Projeto, e se isso continuar acontecendo nos Projetos de iniciativa do Poder Executivo em relação a salários, contratação de pessoal ou coisa desse sentido, nós temos que autorizar, então, que S.Exa.o Governador apresente, já venha do Executivo com a lei aprovada para que esta Casa tenha esse referendun, porque desta forma não há necessidade do Poder Legislativo, o Poder Executivo teve a iniciativa, apresentou à Casa para a apreciação que é a Casa de Leis, e lamentavelmente se tomou a decisão desta forma.

Então nós queremos discordar com a decisão da Mesa, não concordamos em hipótese alguma, porque contraria o direito de iniciativa de todo e qualquer Deputado, e se sobrepe, também, à Comissão de Constituição e Justiça que é a Comissão encarregada de dizer da constitucionalidade ou não, das

propostas emanadas dos Srs. Deputados. É lamentável que esta decisão pelo menos nos três anos e pouco que estamos aqui seja tomada pela primeira vez, e que não se torne jurisprudência na Casa, porque isto vai ser lamentável.

E volto a frisar, se continuar acontecendo iniciativas desta forma o Governador cria leis e dá apenas ciência à Assembléia Legislativa para que dê referendo.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, esta Bancada acata a decisão da Mesa.

Agora, a minha questão de ordem, Sr. Presidente, é quanto ao requerimento formulado pelo Deputado Colombino Grassano no dia 21 de fevereiro. Ele solicita à Mesa, através de requerimento, a juntada do Projeto 121/93 com o Projeto 468/93.

A nossa assessoria, após uma pesquisa, verificou que é impossível a juntada desses dois projetos de lei, uma vez que um deles já está sancionado, Sr. Presidente; é um projeto já aprovado nesta Casa e sancionado. Além do mais trata-se também de um projeto de assunto completamente diferente do projeto 468. O 121/93 é um projeto que denomina o trecho da PR-466, Rodovia João Alexandre sancionado em 07 de junho de 93 sob a lei 10.328; enquanto que o Projeto 468/93 é o projeto que cria a lei florestal do Estado e encontra-se tal projeto no DL desta Casa desde de setembro de 93.

Portanto, nós queremos, numa questão de ordem, fazer uma consulta à Mesa para verificar como fica esse requerimento, da legalidade de tal requerimento e como pode a Mesa se pronunciar neste caso.

A SRA. EMILIA BELINATI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu gostaria de concordar com a justificativa, o pronunciamento do Deputado Paulo Maia com relação à resposta sua nessa solicitação.

Nós não concordamos também porque todos os projetos que têm sido encaminhados pelo Poder Executivo a esta Casa, pelo Poder Judiciário têm recebido emendas dos Srs. Deputados, e é competência dos Srs. Deputados apresentar emendas a todos os projetos.

Então, nós queremos dizer que não concordamos, - com todo o respeito que temos pela sua pessoa, - pelo encaminhamento dado, pela resposta à nossa Questão de Ordem. Mesmo porque, como colocou o Deputado Paulo Maia, é competência da Comissão de Constituição e Justiça analisar sobre a constitucionalidade da emenda ou dos projetos que são dado entrada nesta Casa.

Então, eu quero discordar e dizer que, na verdade, os Deputados acabam não exercendo a sua função real, que é a de apre-

sentar emenda, de votar projetos, de fiscalizar o Poder Executivo.

Fica aqui o nosso protesto com relação à resposta dada por V.Exa.

Quero aproveitar também para agradecer aos Deputados que se pronunciaram nesta tarde a respeito do Dia Internacional da Mulher, Deputado Alborghetti, José Alves, Rosinha, Paulo Maia, e convidar a todos para que estejam presentes aqui às 17 horas para que possamos discutir a questão da mulher hoje no Brasil e, principalmente, no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência também dá ciência ao Plenário que nós havíamos comunicado e indicado o dia 21 de março para sessão especial de outorga do título de cidadão honorário do Paraná ao Presidente de Portugal, Dr. Mário Alberto Nobre Lopes Soares. No entanto, modificações houve na agenda de S.Exa. o Presidente e a Sessão será realizada no dia 19 de março, sábado, às 15:30 nas dependências deste Poder.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 020/93.
- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 597 e 641/93.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos e Lei n°s 062/93, 093/92, 323, 542, 623, 741, 758, 759/93 e 002/94.

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 226, 401 e 520/93.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

4.^a SESSÃO ORDINÁRIA DA 12.^a LEGISLATURA ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de março do ano de hum mil, novecentos e noventa e quatro, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presidida pelo Senhor Deputado Namir Piacentini. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 447/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator: Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 647/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Relator: Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 708/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator: Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 731/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator: Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Cynthia Natal Tanus, Secretária da Comissão.

(aa) DEPUTADO NAMIR PIACENTINI

Presidente
CYNTHIA NATAL TANUS
Secretária